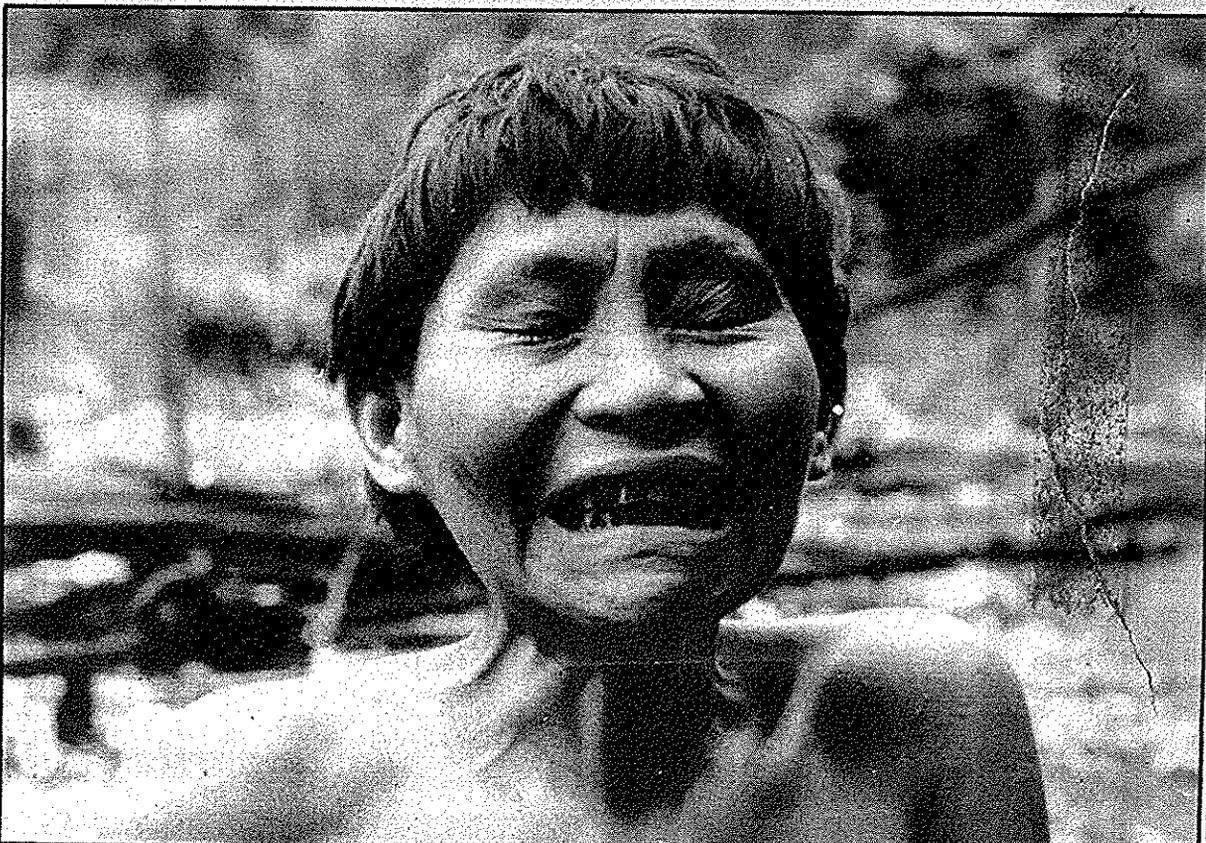


Nem lei salva yanomami

O procurador da República Eugênio Aragão declarou em São Paulo que somente a pressão da sociedade civil poderá convencer o governo a mover ação eficaz para impedir o genocídio dos yanomamis. Em dois anos morreram cerca de mil índios por doenças transmitidas pelo contato com garimpeiros.

O Ministério Público Federal já esgotou os recursos legais para obrigar o governo a cumprir as determinações da Constituição, mas as medidas não surtiram os efeitos desejados. As pistas clandestinas estão sendo reconstruídas e os donos de garimpo são candidatos ao Senado e ao governo de Roraima. Para o procurador os interesses econômicos são muito grandes.



Charles Vincent/Cedi - CCPY

Doença de branco continua matando yanomamis. Só a saída dos garimpeiros garantirá sobrevivência.

Página 9

Procurador diz que só pressão popular pode salvar Yanomami

O procurador da República Eugênio Aragão alertou no último dia 26, em São Paulo, que se a sociedade civil não se organizar e pressionar as autoridades federais para que movam uma ação de governo que solucione o problema dos Yanomami, o genocídio vai continuar e seremos responsáveis pelo desaparecimento de um povo.

O pronunciamento foi feito durante conferência do ciclo "Índios ontem, hoje e amanhã" realizado no Memorial da América Latina com a participação do senador Severo Gomes (PMDB) e Cláudia Andujar da Comissão pela Criação do Parque Yanomami. Houve debate e apresentação de vídeo mostrando a reconstrução das pistas de aterrisagem clandestinas destruídas pelo governo. Segundo

o procurador, a explosão das 14 pistas não passou de um "espetáculo pirotécnico" para mostrar que estava sendo tomada alguma providência.

Eugênio Aragão afirmou que o Ministério Público Federal esgotou todos os recursos legais, que são de sua competência, para pressionar o governo a cumprir as determinações da Constituição que asseguram o direito dos índios à terra necessária à sua sobrevivência, sem a intervenção de invasores. "Pela primeira vez na história o presidente da República cruzou os braços diante de uma ação do Judiciário", disse ele.

Diante da ação tutelar do Ministério Público determinando a interdição da área Yanomami e a retirada de todos que não per-

tencem à cultura indígena, foi alegada a falta de recursos. Expedidos ofícios aos ministros de Estado da Aeronáutica e Exército para que ajudassem na retirada dos garimpeiros, estes nem sequer responderam. A última tentativa da Procuradoria da República foi entrar com ação de crime de responsabilidade contra o presidente José Sarney e os ministros que não atenderam às determinações do Judiciário. Sarney saiu antes que a Câmara dos Deputados pudesse apreciar o pedido e declarar seu "impeachment".

"O que está acontecendo com os Yanomami é de fato um genocídio. Estamos assistindo ao extermínio de um grupo étnico", afirmou o procurador dizendo que o Ministério Público não tem

dúvidas sobre os fatos, mas sim sobre quem deve ser responsabilizado.

Também a situação dos garimpeiros é crítica. São usados como mão de obra escrava pelas mineradoras. Eugênio Aragão acredita que eles "sairão espontaneamente quando a estrutura dos garimpos estiver quebrada", o que não acontece porque os interesses econômicos são muito grandes e envolvem pessoas influentes do governo.

Se o atual quadro não for alterado os Yanomami continuarão morrendo e os donos de garimpo como Altino Machado, candidato ao Senado, e Romero Jucá, que responde a processo e é candidato a governador de Roraima, estarão no governo.